



A INSERÇÃO DAS MULHERES NO JORNALISMO E A IMPRENSA ALTERNATIVA: PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DO FINAL DO SÉCULO XIX

Eliza Bachega Casadei¹

RESUMO: A entrada das mulheres no jornalismo aconteceu, de uma maneira geral, a partir de sua inserção e participação em veículos da imprensa alternativa. O presente artigo busca estudar a imprensa feminista a partir desta ótica, focalizando as experiências surgidas nos séculos XIX e XX, como o lançamento do jornal *The Revolution*, em 1868, por Amélia Bloomer e Elizabeth Staton, bem como a atividade das mulheres negras nos jornais publicados após a Guerra Civil Norte-Americana. Além de analisarmos como essas experiências influenciaram o jornalismo alternativo brasileiro (com o surgimento também no século XIX de *O Jornal das Senhoras*, de Joana Paula Manso de Noronha), investigaremos, também, a relação destes jornais com a inserção das mulheres dentro de uma esfera pública mais ampla.

PALAVRAS-CHAVE: *História; Jornalismo Alternativo; Imprensa Feminista.*

¹ Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Mestre em Ciências da Comunicação e Jornalista formada pela mesma instituição. É colaboradora do livro “Palavras Proibidas: pressupostos e subentendidos na censura teatral” e autora do livro “Saiu da História para entrar nas revistas: enquadramentos da memória coletiva sobre Getúlio Vargas em *Veja*, *Realidade* e *Time*”.

Durante muito tempo, o mercado de trabalho jornalístico foi um local exclusivamente masculino. Segundo um relato de José Hamilton Ribeiro, em meados da década de 1930, no Brasil:

As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No Estadão, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servia para fazer o café: circulava na área de serviço (RIBEIRO 1998: 31).

A situação mudou de forma lenta. Em 1986, as mulheres já ocupavam 36% dos quadros profissionais do país e, dez anos mais tarde, esse número chegava a pouco mais de 40% (ROCHA, 2005). Em 2006, segundo dados do Ministério do Trabalho, 52% das vagas de jornalista eram ocupadas por mulheres (contabilizando 6.131 funções jornalísticas ante as 5.640 ocupadas por homens), mostrando uma tendência de uma maioria feminina no mercado de trabalho jornalístico.

Não obstante essa luta por espaço em veículos da grande mídia, as mulheres sempre participaram de forma ativa em veículos da imprensa alternativa, buscando espaços outros onde suas idéias pudessem entrar no jogo das disputas simbólicas.

O objetivo do presente artigo é justamente estudar a inserção feminina na imprensa alternativa, focalizando as experiências surgidas no século XIX e no início do século XX, como o lançamento do jornal *The Revolution*, em 1868, por Amélia Bloomer e Elizabeth Staton, bem como a atividade das mulheres negras nos jornais publicados após a Guerra Civil Norte-Americana. Além de analisarmos como essas experiências influenciaram o jornalismo alternativo brasileiro (com o surgimento também no século XIX de *O Jornal das Senhoras*, de Joana Paula Manso de Noronha), investigaremos, também, a relação destes jornais com a inserção das mulheres dentro de uma esfera pública mais ampla.

1. As mulheres pioneiras do jornalismo alternativo:

Embora a presença das mulheres no campo literário ganhe certa notoriedade apenas no século XX, podemos rastrear uma série de atividades femininas ligadas a este campo no Brasil do século XIX. Como explica Muzart (2003), uma das razões para a

criação dos periódicos de mulheres neste período “partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto”.

Muito embora, o direito à educação fosse muitas vezes dirigido ao casamento e a uma melhor educação para os filhos, de acordo com Muzart, ele incluía também o direito de freqüentar escolas, o que acabava por incluir o direito à profissão. Aqui, vale lembrar que a primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827 (DUARTE, 2003) e que, antes disso, havia poucas opções para a educação das mulheres (apenas conventos ou professoras particulares que, de qualquer maneira, se preocupavam mais com o ensino das prendas domésticas).

A profissionalização das mulheres também era alvo de preconceitos, bem registrados, por exemplo, em um artigo como o intitulado “O Eterno Feminino”, publicado na *Revista Ilustrada*, em 1886, em que se diz que sua esfera de ação profissional deve ser ampliada, mas não muito. “E que a mulher não deve se intrometer em lutas políticas” (*apud* BUITONI, 1981: 18), dando a dimensão da luta empreendida por essas mulheres periodistas do século XIX.

E é neste sentido que Muzart (*apud* DUARTE, 2003) coloca que já havia, nestas mulheres de letras, um feminismo incipiente independente do conteúdo:

No século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente.

O direito ao voto nos jornais femininos começa a aparecer por volta de 1870, notoriamente, em jornais como *O Sexo Feminino* (publicado de 1873 a 1896 por Francisca Senhorinha da Mota Diniz) e *A Família* (fundado em 1888 por Josefina Álvares de Azevedo, cuja circulação durou até 1897). É interessante notar que Azevedo também exerceu inúmeras outras atividades literárias, sendo autora da peça *O voto feminino*, onde retratava na ficção a sua luta na vida real. Em seu primeiro número, *A Família* exortava as mulheres nos seguintes termos:

Formem grupos e associações, fundem jornais e revistas, levem de vencida os tirocínios acadêmicos, procurem as mais ilustres e felizes, com a sua influência, aviventar a campanha em bem da mulher e seus direitos, no Brasil: e assim terão as nossas virtuosas e dignas compatriotas pelejado, com o recato e moderação naturais ao seu delicado sexo, pela bela idéia ‘Fazer da brasileira um modelo feminino de educação e cultura espiritual, ativa, distinta e forte’.

O primeiro periódico brasileiro dirigido e escrito por mulheres foi lançado em 1855 e se chamava *Jornal das Senhoras*. Criado por Joana Paula Manso de Noronha, argentina radicada no Rio de Janeiro, ele colocava no seu primeiro editorial, que

Redigir um jornal é para muitos literatos o apogeu da suprema felicidade, *já sou Redator*, esta frasezinha dita com seus botões faz crescer dois palmos a qualquer indivíduo.

No círculo ilustrado o Redator é sempre recebido com certo prestígio do homem que em letra de imprensa pode dizer muita coisa, propícia ou fatal a alguém.

Ora pois, uma Senhora à testa da redação de um jornal! que bicho de sete cabeças será? Contudo em França, em Inglaterra, na Itália, na Espanha, nos Estados Unidos, em Portugal mesmo, os exemplos abundam de Senhoras dedicadas à literatura colaborando [em] diferentes jornais.

Porventura a América do Sul, ela só, ficará estacionária nas suas idéias, quando o mundo inteiro marcha ao progresso e tende ao aperfeiçoamento moral e material da Sociedade? (*apud* MUZART, 2003).

4

Curiosamente, os textos publicados não eram assinados, deixando as colaboradoras em um conveniente anonimato. “Até a autora da seção de modas mostrava-se muito temerosa de um possível ridículo e, admitindo que lhe faltasse a coragem da editora, requereu seu anonimato fosse mantido” (*apud* LIMA, 2007). A ousadia de algumas asserções da revista, para a época, parece explicar esse comportamento. A revista denunciava que “para a maioria dos homens, o casamento era apenas um meio de satisfazer um desejo, um capricho, ou simplesmente mudar de estado. Ou assegurar a sua fortuna. Daí o homem poder dizer ‘minha mulher’ com a mesma entonação de voz com que diz ‘meu cavalo, minhas botas, etc.’, pois tudo são trastes de seu uso” (*apud* LIMA, 2007).

De um modo geral, as representações da imprensa feminina brasileira do século XIX, segundo Buitoni (1981), estavam articuladas em torno de dois pólos principais: um deles representados por revistas que valorizavam a mulher em sua imagem de mãe-esposa; e o outro mais voltado à conquista de direitos e focado na emancipação feminina.

No que diz respeito ao segundo modelo, essas experiências internacionais citadas no editorial de Noronha são bastante significativas e deixam entrever certo atraso brasileiro neste aspecto. Na Argentina, por exemplo, já existiam jornais femininos similares desde 1830 (com a fundação do *La Aljaba* por Petrona Rosende de Sierra). É sobre algumas dessas experiências que gostaríamos de nos deter por um momento, para que possamos pensar na inserção da mulher no jornalismo de uma forma mais global.

2. A Mulher e o Jornalismo Alternativo no Mundo: as experiências do *The Revolution* e das mulheres negras norte-americanas

As jornalistas mulheres norte-americanas, segundo Chambers, Steiner e Fleming (2004), começaram a ocupar certo espaço na grande imprensa apenas nas últimas décadas do século XIX, quando os jornais passaram a depender de renda publicitária para a sobrevivência, com o objetivo de atrair a audiência feminina. De qualquer forma, tratava-se também de uma participação bastante restrita. Além de estarem confinadas ao tipo de matéria que não era de interesse dos homens jornalistas, dos 12.308 empregados de 1880, apenas 288 eram mulheres.

5

Segundo as autoras, essas mulheres eram altamente educadas, brancas e de classe média em sua maioria. Normalmente, elas entravam no jornalismo ou por serem solteiras ou porque suas famílias passavam por algum percalço financeiro, muitas vezes ajudadas pelo fato de serem filhas ou esposas de homens jornalistas. Não obstante isso, “as mulheres ainda ocuparam um status subordinado de gueto ao menos até a virada para o século XX e, em muitos aspectos, até mesmo além desse período. Elas eram normalmente confinadas para as áreas marginais da notícia – moda, questões domésticas” e fofocas sociais (CHAMBERS *et alii*, 2004).

Mesmo quando uma mulher escrevia sobre política ou questões sociais, elas eram encorajadas a focalizar o que viria a ser chamado de um ângulo voltado ao ‘interesse humano’, ao demonstrar como os eventos afetavam as pessoas em sua vida cotidiana. O papel das primeiras jornalistas mulheres era provocar respostas emocionais nos leitores (CHAMBERS *et alii*, 2004).

O jornalista Edwin Shuman chegou a escrever, em 1899, que “o trabalho de coleta de notícias, via de regra, é muito rude e exigente para as mulheres. O trabalho de

reportagem local lida muito exclusivamente com homens e com os negócios dos homens para dar às mulheres uma única chance nisso”.

Muitas mulheres, no entanto, lutaram pelo direito de discutir as questões políticas através da entrada em veículos da imprensa alternativa.

Em 1868, por exemplo, é lançado por Amelia Blommer e Elizabeth Staton o primeiro jornal explicitamente feminista dos Estados Unidos, chamado *The Revolution*. Em um dos editoriais, Staton afirma que “nós declaramos guerra até a morte à idéia de que a mulher foi criada para o homem. Nós conclamamos a mais alta verdade de que, como o homem, ela foi criada por Deus para a responsabilidade moral individual e para o progresso, aqui e para sempre”.

Nesta época, um jornal de *mainstream*, o *The New York Sun*², publicou uma crítica severa ao *The Revolution*, sugerindo que a senhora Staton “prestasse um pouco mais de atenção aos seus deveres domésticos e um pouco menos para os assuntos de interesse público”.

Outras participações femininas importantes podem ser encontradas na imprensa dirigida por negros do século XIX. Só durante a Guerra Civil Norte Americana, há uma estimativa que surgiram mais de 40 jornais alternativos cujos donos eram negros. E muito embora já houvesse participação feminina nestes jornais, sua presença se tornou muito mais maciça nos jornais que surgiram após o fim da Guerra Civil como, por exemplo, o *New National Era*. Neste período, o número de periódicos cresceu ainda mais³.

Para Chambers *et alii* (2004: 23) as mulheres jornalistas negras conseguiram se impor enquanto membros de um gênero com mais força do que as mulheres jornalistas brancas. Segundo as autoras, para as afro-americanas, “o jornalismo não era apenas uma

² O jornal *The New York Sun* também entrou na história do jornalismo alternativo por outras razões. Ele esteve envolvido na história da fundação do primeiro jornal que pertencia a negros, o *Ram's Horn* (“o chifre do carneiro”) que foi lançado em 1847. Pouco antes de sua fundação, o *The New York Sun* publicou uma matéria criticando os direitos dos negros. William A. Hodges, que era negro, foi até o jornal e pediu para que eles publicassem uma réplica escrita por ele a este artigo, pedido a que o jornal se recusou. Ele se recusou até mesmo a publicar o artigo escrito por Hodges na parte dos anúncios comerciais. Foi diante desse fato que Hodges decide abrir o seu próprio jornal para lutar pelos direitos dos negros. Ironizando o comportamento de seu adversário, Hodges coloca em editorial que “The Sun shines for all white men and nor for colored man”, fazendo um trocadilho com o nome do jornal concorrente.

³ Chambers, Steiner e Fleming (2004: 22) apontam diversos motivos para este crescimento. Entre eles, destaca-se: o fato de os afro-americanos terem a possibilidade de ganhar melhor (e, com isso, se tornarem um público consumidor relevante, permitindo aos jornais a venda de anúncios) e um maior acesso à educação e aos serviços sociais.

profissão, mas um chamado do qual elas atenderam específica e explicitamente como mulheres afro-americanas”. Mesmo que por diversas razões históricas ligadas às barreiras de raça e gênero essas mulheres fossem mantidas longe da imprensa de *mainstream*, elas exerciam uma atividade literária volumosa e constante, valorizada por seu público-alvo. Mais do que isso, “elas eram tidas como muito importantes para a imprensa negra”.

Uma das jornalistas mais importantes desse período foi Victoria Earle Matthews que, além de ter escrito para jornais alternativos importantes como *The Boston Advocate*, *Washington Bee* e a revista *The Woman's Era*, foi também fundadora de uma série de instituições de apoio aos negros como a National Federation of Afro-American Woman e a White Rose Industrial Association (que ajudava garotas negras norte-americanas recém-chegadas à Nova Iorque e cuidava delas para que elas não sofressem abusos de homens inescrupulosos).

No Brasil, a luta por espaço simbólico da mulher negra, embora também seja anterior a este período, ganha proeminência com a fundação da Frente Negra Brasileira (1931-1937) e o seu jornal informativo *A Voz da Raça*. Embora existissem muitas associações anteriores a este período, havia um predomínio bastante acentuado de homens nos materiais publicados.

Segundo Domingues (2007), em um levantamento realizado sobre os periódicos negros do período entre 1907 e 1937, verificou-se que apenas 15 dos 244 colaboradores eram mulheres. Essa ausência também podia ser sentida nos cargos de chefia: “apenas uma mulher integrou o corpo editorial do jornal *O Clarim* em 1935, exercendo a função de redatora”. O jornal *O Clarim da Alvorada* chega a publicar um texto em que este posicionamento fica explícito, ao afirmar que “a grande obra da ação negra no Brasil deve começar pela família, pois que é ela a célula-mãe de toda a sociedade civil. E a família é a união do varão e a esposa com seus filhos, debaixo do governo do varão” (apud DOMINGUES, 2007).

A fundação da FNB, entre outras razões, se configura como uma espécie de junção de diferentes entidades mais antigas ligadas ao movimento negro⁴. Embora

⁴ “A FNB assumiu um projeto anti-racista que tinha como principal ideal a *integração* do negro, como cidadão brasileiro, à ordem social vigente. A mobilização em massa dos negros na luta contra o preconceito de cor assustou alguns setores das elites. Por isso, a FNB foi acusada, várias vezes, de insuflar o conflito ou ódio racial no Brasil. A organização cresceu rapidamente. Pelas estimativas de um

algumas vezes de forma contraditória e incipiente, a FNB, diferentemente das entidades anteriores, passa a expressar uma preocupação com as questões das mulheres negras.

Diferentemente dos jornais norte-americanos, no entanto, a presença da mulher no jornal *A Voz da Raça* ainda era tímida. Havia, no entanto, um esboço de participação feminina, bem representada nos artigos de Celina Veiga, por exemplo, onde ela colocava que:

A mulher negra precisa hoje em dia enfrentar a mulher branca; para isso, temos as armas necessárias de combate, são as seguintes: tenhamos moralidade, amor aos nossos negrinhos; fazendo-lhes ver os deveres para com a Pátria; ilustrando a inteligência e o aperfeiçoamento das artes e ofícios, para as quais sentimos vocação, e, principalmente, concorrendo em tudo e por tudo com a mulher branca, pondo a nossa inteligência, o nosso preparo, a nossa atividade e o nosso patriotismo (*apud* DOMINGUES, 2007).

Na maioria dos artigos, no entanto, Domingues aponta que o posicionamento era bastante tradicional, de forma que os artigos não tratavam especificamente sobre as questões da emancipação feminina, nem dos problemas específicos das mulheres. “O jornal compartilhava da concepção de gênero que predominava na época: a mulher era um sexo frágil e devia ser preparada, fundamentalmente, para assumir seu papel de esposa, dona-de-casa e mãe” (DOMINGUES, 2007). Durante um período, o jornal chegou a veicular, inclusive, uma coluna fixa com receitas culinárias e orientações referentes aos serviços domésticos.

Essa orientação, no entanto, não apaga a conotação emancipatória da participação das mulheres como forças atuantes no universo simbólico e como agentes de uma luta mais ampla pelo reconhecimento da raça. Além disso, ela deve ser lida, principalmente, à luz das articulações dos movimentos negros desta época. Um estrato da população negra da época, segundo Domingues (2007), “não só valorizava o

de seus dirigentes, no seu auge, a FNB reuniu de 25 a 30.000 filiados (...). Em 1936, a entidade contava com mais de 60 delegações distribuídas no interior de São Paulo e em outros Estados – Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo –, além de manter um certo vínculo com organizações de mesmo nome no Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Do ponto de vista social, a FNB reunia em seus quadros a grande massa de cor (desempregados, trabalhadores de cargos subalternos e serviços braçais) e, em menor escala, parte de segmentos das camadas médias negras (funcionários de escritórios e profissionais liberais). Estes últimos assumiam os cargos de direção da organização. (...) Em 1936, a entidade transformou-se em partido político e pretendia participar das próximas eleições. Do ponto de vista ideológico, defendia um projeto nacionalista, de viés autoritário. Arlindo Veiga dos Santos – o primeiro presidente da FNB – era radicalmente contrário à democracia e constantemente fazia apologia do fascismo europeu. Em 1937, com a instauração da ditadura do Estado Novo, a FNB foi extinta, assim como todos os partidos políticos. O fechamento da entidade causou uma sensação de frustração no meio negro em São Paulo”. (DOMINGUES, 2007).

casamento como uma distinção social, como havia adquirido certas noções essenciais sobre as obrigações e os direitos recíprocos dos cônjuges. A mulher, principalmente, aprendera no mínimo a arrumar a casa, a cozinhar bem e a viver com o conforto possível em seu nível de pobreza”. É sempre a partir desta injunção de linhas de força a participação feminina no jornal deve ser posicionado.

3. Considerações Finais

Os casos listados neste artigo são apenas poucos exemplos da presença e inserção feminina nos jornais da imprensa alternativa do século XIX. Michelle Perrot (1998) afirma mesmo que os jornais feministas se multiplicaram e foram importantes arenas de disputa simbólica na Europa neste período:

Elizabeth Sharpes funda ‘Isis’ no início do século XIX na Inglaterra. Em 1832 os saint-simonianos lançam ‘La Femme Libre’ e, em seguida, ‘La Femme Nouvelle’ e depois ‘La Tribune des Femmes’. A mesma coisa em 1848: enquanto Eugénie Niboyet funda em Paris ‘La Voix des Femmes’, que se transformou em ‘L’Opinion des Femmes’, Louise Otto cria em Leipzig o ‘Frauenzeitung’, que tem como divisa: ‘Recruto cidadãs para o reino da Liberdade’ (Perrot, 1998: 82).

9

É, no entanto, apenas no século XX, especialmente no período entre guerras que acontece um crescimento mais significativo da imprensa feminista, cujas reivindicações estavam ligadas, principalmente, à busca pelos direitos trabalhistas e sufragistas. Esses exemplos nos lembram, no entanto, uma questão muito importante.

Como coloca Michelle Perrot, a ideia de que as mulheres tenham ocupado, ao longo da maior parte de sua história, um papel de seres subordinados e dóceis não encontra sustentação material. “As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos”. E assim, “elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência - à hierarquia, à disciplina - que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço” (PERROT, 1985: 212).

A participação ativa das mulheres em veículos da imprensa alternativa são expressões materiais destas resistências outras à opressão. E também uma evidência que

posiciona a própria imprensa alternativa como um importante motor de mudanças na esfera simbólica e de apropriação da esfera pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

CHAMBERS, Deborah, STEINER, Linda, FLEMING, Carole. *Women and Journalism*. New York: Rutledge, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. “Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil”. *Cadernos Pagu*, número 28, Campinas, 2007.

DUARTE, Constância Lima. “Feminismo e Literatura no Brasil”. *Estudos Avançados*, volume 17, número 49, São Paulo, 2003.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. “Imprensa feminina, revista feminina”. *Projeto História*, número 35, São Paulo, 2007.

MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX”. *Estudos Feministas*, volume 11, número 01, Florianópolis, 2003.

PERROT, Michele. *Os Excluídos da História: Operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas: 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

ROCHA, Paula Melani. “A Profissionalização no Jornalismo e o mercado de trabalho para mulheres no Estado de São Paulo”. *Revista Jurídica Eletrônica UNICOC*, número 02, outubro de 2005.